

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO, I.P.
NO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA
EM MATÉRIA DE GESTÃO DA ORLA COSTEIRA

Considerando:

- a) O princípio da subsidiariedade, insito em diversos diplomas regulamentares das políticas de ordenamento do território e de ambiente, nos termos do qual os procedimentos ao nível da Administração Pública deverão ser coordenados, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;
- b) Que a proximidade entre os níveis de decisão e de acção favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses divergentes e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objectivos ambientais;
- c) Que as Administrações de Região Hidrográfica, I.P. (ARH, I.P.) apresentam, enquanto serviços da administração pública indirecta, uma indiscutível motivação para a implementação de uma gestão integrada dos recursos hídricos, baseada na cooperação com as diferentes entidades intervenientes nestes domínios, como é o caso das Autarquias Locais;
- d) Que a alínea a) do n.º 7 do artigo 9.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, veio habilitar as ARH, I.P. a delegar, através do seu órgão directivo, nas autarquias, poderes de licenciamento e fiscalização das utilizações dos recursos hídricos;
- e) Que a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.) e o Município de Alcobça partilham os mesmos objectivos e visão para a protecção e valorização do litoral, concretizada no trabalho conjunto que está a ser elaborado para a aplicação da estratégia de protecção e valorização do litoral do concelho de Alcobça e,
- f) Que existe um claro clima de confiança mútua, alicerçada numa experiência de trabalho conjunto em matérias de planeamento e gestão do litoral, que antecede a própria criação da ARH do Tejo, I.P..

Vêm

A Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., adiante designada por ARH do Tejo, I.P., como primeira outorgante, pessoa colectiva n.º 508608015, com sede na Rua Braamcamp, n.º 7, em Lisboa, representada pelo seu Presidente, Manuel Augusto Ruano Lacerda, nomeado por Despacho n.º 25248/2008, publicado no Diário da República n.º 197, IIª série, parte C, de 10 de Outubro de 2008, cujos poderes de representação lhe foram conferidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio.

E

O Município de Alcobça como segundo outorgante, pessoa colectiva n.º 506 874 249, com sede na Praça João de Deus Ramos, 2461-501 Alcobça, representado pelo seu Vice-Presidente, Carlos Manuel Bonifácio.

Celebrar o seguinte protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem como objecto a delegação de competências, por parte da primeira outorgante na segunda outorgante, ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 9º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, do licenciamento e da fiscalização das utilizações do domínio público referentes a apoios de praia e equipamentos, tal como definidos no artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, bem como a prestação de apoio mútuo entre as duas entidades outorgantes, na execução de actividades das respectivas competências na área do planeamento e gestão dos recursos hídricos do litoral.

Cláusula 2.ª

Área Territorial

A área territorial de actuação do presente protocolo é a definida pela frente marítima do concelho de Alcobça.



Cláusula 3.^a

Licenciamento

1. Para a prossecução das competências relativas ao licenciamento das utilizações referidas na cláusula 1.^a, a segunda outorgante deverá observar o disposto nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira relativos à área territorial de actuação do presente protocolo, bem como de outros instrumentos de planeamento em vigor, que abranjam a área em causa, bem como todas as regras procedimentais relativas à atribuição de títulos de utilização dos recursos hídricos.
2. Para a emissão dos títulos deverão ser utilizados os modelos fornecidos pela ARH do Tejo, I.P..
3. A primeira outorgante remeterá por fases e por ordem de prioridades, à segunda outorgante, de acordo com a calendarização a estabelecer entre as partes, os processos relativos aos títulos de utilização dos recursos hídricos, sempre que possível após a digitalização dos mesmos.
4. A primeira outorgante disponibilizará todo o apoio técnico necessário à prossecução das competências delegadas, nomeadamente nas questões de maior complexidade.
5. A segunda outorgante remeterá à primeira outorgante cópia das decisões e dos actos administrativos praticados no âmbito do processo de licenciamento, para efeitos de actualização permanente do cadastro dos processos existentes na ARH do Tejo, I.P..

Cláusula 4.^a

Fiscalização

1. A fiscalização será desenvolvida pela segunda outorgante de forma sistemática, e de forma pontual em função das queixas e denúncias recebidas relativas à área territorial de actuação do presente protocolo.
2. Para efeitos de fiscalização, a segunda outorgante deverá observar o princípio da pró-actividade, de modo a verificar o cumprimento das condições dos títulos de utilização, os usos indevidos ou ilícitos e eventuais danos ambientais, de forma a actuar por antecipação nas potenciais causas.
3. A segunda outorgante deverá fiscalizar o cumprimento das condições dos títulos de utilização dos recursos hídricos, a observância das normas que garantam a utilização dos apoios de praia por parte dos utentes, o estado de conservação das placas de sinalização, bem como genericamente as condições de higiene e segurança das praias.



4. Para efeito de fiscalização a segunda outorgante deverá utilizar os meios próprios necessários à prossecução da competência delegada, e solicitar o apoio da primeira outorgante e de outras forças e agentes policiais (SEPNA e Polícia Marítima) sempre que a complexidade da situação o exigir.

Clausula 5.^a

Riscos Costeiros

1. Na gestão dos riscos costeiros assume especial relevância uma estreita coordenação entre as entidades outorgantes do presente protocolo.
2. A primeira outorgante é responsável pelo fornecimento de placas de sinalização das zonas de risco, bem como articular com a segunda outorgante os respectivos locais de colocação.
3. A segunda outorgante deverá proceder à colocação de sinalética nas zonas de risco, bem como zelar pela sua manutenção, devendo comunicar à primeira outorgante os danos ocorridos nas respectivas placas de sinalização.
4. A segunda outorgante deverá ainda comunicar à primeira outorgante a ocorrência de qualquer movimento de massa de vertente (desmoronamentos, escorregamentos e quedas de blocos) ocorrido no litoral, independentemente da sua dimensão, no sentido da mesma proceder ao seu registo e análise local.

Cláusula 6.^a

Planeamento

1. As duas outorgantes comprometem-se a manter permanentemente actualizada a estratégia conjunta de protecção e valorização do litoral do concelho de Alcobça.
2. A segunda outorgante compromete-se a participar activamente no processo de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira.



Cláusula 7.^a

Taxa de Recursos Hídricos

1. As taxas referentes às utilizações dos recursos hídricos abrangidas pelo presente protocolo, serão liquidadas pela primeira outorgante ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho.
2. Para efeitos de cobrança de taxa de recursos hídricos a segunda outorgante remeterá à primeira outorgante os elementos necessários à determinação da matéria tributável.
3. A primeira outorgante arrecadará a receita, e transferirá para a autarquia uma dotação destinada a apoiar o eficiente exercício das competências delegadas, correspondente a 40% das taxas que tenham sido arrecadadas e das coimas que tenham sido cobradas, no ano anterior, ao abrigo das competências delegadas.

Cláusula 8.^a

Plano e Relatório de Actividades

1. Para a execução das actividades previstas no presente protocolo as duas entidades outorgantes obrigam-se a estabelecer um plano de actividades anual no qual constará o âmbito espacial, temporal e material, os programas e procedimentos adoptados e o modo de coordenação.
2. A segunda outorgante elaborará um relatório intercalar.
3. No final de cada ano será elaborado um relatório de actividades, do qual deverão constar, entre outras, as orientações a considerar no plano de actividades do ano subsequente.

Cláusula 9.^a

Comissão de Acompanhamento

1. É criada uma comissão de acompanhamento composta por dois representantes de cada uma das entidades outorgantes, a qual reunirá ordinariamente duas vezes por ano ou extraordinariamente quando for convocada por qualquer dos seus membros, competindo à primeira outorgante a coordenação da comissão.



2. Compete à comissão de acompanhamento apreciar o relatório intercalar elaborado pela segunda outorgante, bem como elaborar os planos e relatórios de actividades que constam da cláusula 8.^a.

Cláusula 10.^a

Avocação de competências

As competências delegadas no âmbito do presente protocolo, podem ser avocadas, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 11.^a

Período de Vigência

O presente protocolo produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará por períodos sucessivos de um ano, caso não seja feito cessar por qualquer das partes, o que poderá suceder, mediante comunicação escrita com a antecedência mínima de trinta dias relativamente à data pretendida para a cessação.

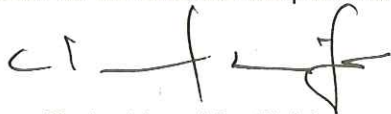
Cláusula 12.^a

Disposições Transitórias

Após a assinatura do presente protocolo será constituída a comissão de acompanhamento que deverá iniciar os trabalhos preparatórios para a concretização da delegação de competências, nomeadamente a conclusão da estratégia de protecção e valorização do litoral do concelho de Alcobça.


Assinado em Cascais, em 17 de Julho de 2009, em dois exemplares, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alcobça



(Carlos Manuel Bonifácio)

O Presidente da ARH do Tejo, I.P.



(Manuel Lacerda)